



Adusp



OF. DCE-APG-SINTUSP-ADUSP/N.01/2 de junho de 2022.

Prezado Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho,

A questão da PM no *Campus* de Ribeirão Preto é um assunto complexo, com diferentes pontos de vista, que demanda uma análise político, social e jurídica cuidadosa, que não envolva apenas órgãos de gestão administrativa, mas toda a comunidade acadêmica, considerando o impacto dessa medida.

Sendo assim, não poderia ter um encaminhamento mais desastroso e antidemocrático. Causa muito estranhamento ser o tema pautado em reunião extraordinária, considerando não se tratar de matéria que exija uma decisão urgente e considerando, sobretudo, a reunião ordinária desse mesmo Conselho marcada para a próxima semana. Ademais, a reunião extraordinária foi convocada às pressas, com menos de 3 dias (72h) de antecedência.

Ainda, causa estranheza pautar o tema para ser votado: (i) ignorando as denúncias de irregularidades apontadas por Conselheiros e pelas entidades representativas do *Campus*; e (ii) incluir um Aditivo ao termo de cooperação nº 241/2020 entre a USP e a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo para a surpresa dos demais Conselheiros, para que, em menos de três dias seja analisado.

Este Conselho existe para debater e encaminhar as questões do *Campus* e não apenas para ratificar o que alguns dirigentes decidem entre si. O fato de a Comissão de Prevenção de Proteção do *Campus* de Ribeirão Preto, em sua 30ª Reunião Extraordinária no dia 27/05/2022, ter aprovado a indicação de pauta para



AduSp



realização de reunião extraordinária não deve ser superior às previsões legais de um chamado com tempo hábil à preparação de todos, inclusive entidades, para deliberação sobre a pauta, além da necessidade urgente de esclarecimentos essenciais relativos: (i) aos recursos depreendidos pela USP, em valor superior a 800 mil reais para a construção da base da PM; (ii) à falsa informação de que tratar-se-ia da construção de um espaço destinado à Guarda Universitária; (iii) à utilização de documentos ratificados há anos e que não assistem às discussões atuais realizadas pelos Conselheiros em âmbito do Conselho Gestor.

Cumpra dizer, ainda, dos esclarecimentos que a USP deve sobre o possível desvio de finalidade da Guarda Universitária como parece estar sendo proposto.

Todas essas questões precisam e merecem serem esclarecidas à toda a comunidade, antes de tão importante decisão, e não podem ser decididas sem um amplo debate entre todos, de forma democrática, como é, ou deveria ser, o compromisso dessa instituição.

As entidades signatárias, informam, ainda, que irão buscar meios para a realização de audiência pública sobre o tema.

Pelos motivos acima expostos, requer-se:

1. Seja suspensa a reunião extraordinária marcada para o dia 03/06 (sexta-feira) que tem o tema como ponto de pauta;
2. que o assunto seja amplamente divulgado e democraticamente debatido com toda a comunidade do *Campus*, oportunizando que os questionamentos levantados por meio deste documento sejam esclarecidos e tenhamos ampla publicidade em relação às discussões pertinentes a este caso.



Adusp



Por fim, reiteramos o pedido para que as denúncias já apresentadas sejam apuradas e que, portanto, não seja feita nenhuma votação nesta reunião extraordinária com pauta exclusiva sobre a aprovação do Aditivo ao Termo de Cooperação 241/20, tampouco na reunião ordinária do Conselho Gestor marcada para o dia 08/06/2022 (próxima quarta-feira).

Subscvem esta carta as seguintes entidades:

DCE Livre da USP

Associação de Pós-Graduandos da USP Ribeirão Preto

Sindicato dos Trabalhadores da USP

Associação de Docentes da USP

Atenciosamente,

Profa. Dra. Patrícia Ferreira Monticelli

Diretora Regional da Adusp Ribeirão Preto

p/ Entidades representativas do Campus da USP de Ribeirão Preto

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho

MD. Presidente do Conselho Gestor do Campus da USP de Ribeirão Preto